



Izabella Tôrres Xavier

A PROLIFERAÇÃO DE ARMAS PEQUENAS NOS ESTADOS UNIDOS E A INFLUÊNCIA DA ONU

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília
Novembro de 2003

Izabella Tôrres Xavier

**A PROLIFERAÇÃO DE ARMAS PEQUENAS NOS ESTADOS
UNIDOS E A INFLUÊNCIA DA ONU**

Banca Examinadora:

Prof.º Tarciso Dal Maso Jardim
(Orientador)

Prof.º Marcelo Gonçalves Valle
(Membro)

Prof.º Renato Zerbini Ribeiro Leão
(Membro)

Brasília
Novembro de 2003

“Os Estados Unidos são o poder que luta, as Nações Unidas alimentam e a União Européia financia,
enquanto forças européias, como no Afeganistão e nos Bálcãs, mantêm a paz”.

Steven Erlanger

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus, pelo dom da vida.

Aos meus queridos pais, Xavier e Graça, pelo apoio incondicional.

Às minhas irmãs, Mariella e Rafaella, pela paciência.

Aos meus familiares, pelo total apoio e pelos sábios conselhos.

Às minhas maravilhosas amigas que me apóiam em todos os momentos.

Ao Alexandre, pelo grande apoio e pela compreensão.

Ao Rogério, por toda a ajuda.

À Andréa, pelo incentivo em nossos encontros.

Aos colegas de turma, pela companhia desses quatro anos e ao mestre Tarciso, pelos ensinamentos.

À todos aqueles que estão ao meu redor me apoiando de alguma forma.

Dedico aos meus pais, por serem meu exemplo de vida e pelo incentivo que tenho deles na minha árdua caminhada.

RESUMO

Este trabalho objetiva esclarecer a proliferação de armas pequenas nos Estados Unidos, mostrando a influência da ONU na política desse país. Apresenta as medidas para controlar as armas pequenas e para combater o tráfico ilícito nos dois cenários, bem como os conceitos de armas pequenas e armamentos leves, tanto no âmbito da ONU como nos Estados Unidos. Esclarece, também, a relação ONU-Estados Unidos desde sua origem e cita os principais órgãos das Nações Unidas relacionados com o Desarmamento. Finaliza com uma abordagem sobre a adequação da política estadunidense com a política onusiana.

ABSTRACT

This work intends to clarify the proliferation of small arms in the United States, showing the influence of United Nations in the policies of this country. It presents the measures to control the small arms and to combat the illicit traffic, as well as the concepts of small arms and light weapons on these two sceneries. It also clarifies the relationship among United States and United Nations since your source and it mentions the principals organizations of the United Nations related with the Disarmament. It concludes with an approach about how the policy of the United States is adapted with the policy of the United Nations.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE ARMAS PEQUENAS	 11
1.1 Conceito de Armas Pequenas e Armamentos Leves segundo a ONU	11
1.2 Conceito de Armas Pequenas nos Estados Unidos.....	16
1.3 Comparativo dos conceitos.....	19
 CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO ONU-ESTADOS UNIDOS E O DESARMAMENTO....	 20
2.1 A relação ONU e Estados Unidos desde sua origem.....	20
2.2 Os principais órgãos das Nações Unidas relacionados com o desarmamento	24
2.3 O controle de Armas Pequenas nos Estados Unidos	28
 CAPÍTULO 3 – A INFLUÊNCIA DA ONU NOS ESTADOS UNIDOS E A ADEQUAÇÃO ENTRE AS DUAS POLÍTICAS	 38
 CONCLUSÃO.....	 43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXOS	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BATF – Bureau of Alcohol, Firearms and Tobacco

CAB – Conventional Arms Branch

CASA – Coordinating Action on Small Arms

CPHV – Center to Prevent Handgun Violence

DDA – Department for Disarmament Affairs

GGE – Group of Governmental Experts

MDI – Monitoring, Database and Information Branch

NICS – National Instant Criminal Background Check

NRA – National Rifle Association

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

RDB – Regional Disarmament Branch

SALW – Small Arms and Light Weapons

UNIDIR – United Nations Institute for Disarmament Research

WMD – Weapons of Mass Destruction Branch

INTRODUÇÃO

As armas e os armamentos surgiram em eras bem anteriores, quando os homens sentiram a necessidade de lutar por comida e proteger suas famílias. Com o passar do tempo, os armamentos foram sendo aperfeiçoados e disseminados por todas as partes do mundo. As pessoas que lutavam nos pequenos conflitos e nas grandes guerras precisavam de algum tipo de arma para se defender e conquistar a vitória.

O surgimento da primeira arma nos Estados Unidos ocorreu nos anos 1600s em *Jamestown*, Virgínia¹. Desde essa época, as armas vem sendo freqüentemente utilizadas pelos cidadãos norte-americanos. A obtenção de armas iniciou-se pelos civis, colecionadores, caçadores e esportistas de tiro ao alvo. Entretanto, com o crescimento da violência nas cidades, a população começou a adquirir um número crescente de armas. A partir desse fato, a venda de armas e a facilidade de obter-se tal objeto foram crescendo disparadamente. A questão torna-se mais preocupante quando as armas caem nas mãos dos criminosos ou em “mãos erradas”. Conseqüentemente, a disseminação de armas pequenas torna-se um problema para a segurança da população norte-americana.

Quanto à ONU, tem como objetivo fundamental libertar a humanidade do medo e do perigo, garantindo a paz e a segurança. Um dos fatores para se alcançar esse ponto, seria controlar o uso de armas e armamentos pelos cidadãos em todos os cantos do mundo, seja em conflitos menores, seja em grandes guerras.

Inicialmente, o trabalho abordará os conceitos de Armas Pequenas e Armamentos Leves no âmbito da ONU e nos Estados Unidos. Posteriormente, será explanada a relação da ONU com os Estados Unidos e a questão do Desarmamento. Ainda nesta parte, serão apresentados os principais órgãos da ONU que tratam da paz e da segurança mundiais, fechando com o estudo do controle de Armas Pequenas nos Estados Unidos.

Na última parte do referido trabalho, será analisada a adequação da política norte-americana com a política da ONU e o nível de influência desta Organização, nos Estados Unidos, em relação ao controle de armas pequenas.

¹ DOLAN e SCARIANO, 1994, p. 14.

CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE ARMAS PEQUENAS

1.1 Conceito de Armas Pequenas e Armamentos Leves segundo a ONU

Desde a metade dos anos 1990s, a ONU têm colocado a questão das Armas Pequenas e Armamentos Leves na agenda política internacional e tem divulgado os problemas causados por esses armamentos. Assim, foi estabelecido pela Assembleia Geral da ONU, Grupos Especializados, tais como o **Painel de Especialistas Governamentais em Armas Pequenas**², o **Grupo de Especialistas Governamentais em Armas Pequenas**³ e o **Grupo de Especialistas nos problemas referentes à Munição e Explosivos**⁴ para estudar a origem e a causa das acumulações e transferências de armas pequenas e armamentos leves, bem como recomendar caminhos e recursos para preveni-los e reduzi-los. Há 23 Estados membros representativos no Grupo de Especialistas Governamentais para cuidarem da questão do tráfico ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leves nos quais foram deduzidos pelo Secretário-Geral da ONU⁵. Alguns organismos locais, tais como os estados, as organizações regionais e os grupos não-governamentais, têm se referido a essas questões intensamente.

A partir de 1995, foi dada atenção especial às Armas Pequenas e Armamentos Leves que têm sido os armamentos escolhidos nos recentes conflitos. Nesse sentido, a ONU vêm desenvolvendo programas de combate à proliferação e ao tráfico ilícito das Armas Pequenas e Armamentos Leves, bem como medidas para controlar o uso desses armamentos em diversos cantos do mundo.

O Secretário-Geral da ONU⁶ tem demonstrado interesse pessoal na questão das armas pequenas. Em seu *Millennium Report*⁷, um dos assuntos abordados por ele, é a questão do controle da proliferação dos armamentos ilícitos que é um primeiro passo importante para a não-proliferação de armas pequenas. Ele sustentou que Armas Pequenas e Armamentos Leves devem ser controlados, principalmente, pelos Estados que devem manter contabilizados o número de armamentos para sua transferência.

² Ver anexo I – A/52/298.

³ Ver anexo II – A/54/258.

⁴ Ver anexo III – A/54/155.

⁵ Ver anexo IV referente à Lista dos Componentes do Grupo de Especialistas Governamentais.

⁶ O atual Secretário-Geral da ONU é o *Kofi Annan*.

⁷ Ver anexo V referente ao Sumário Executivo.

Em julho de 2001, houve a Conferência que focou no **Comércio Ilícito sobre Armas Pequenas e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos**⁸. O Relatório do Grupo de Especialistas Governamentais em Armas Pequenas das Nações Unidas esclareceu, em setembro de 1999, o que poderia ser discutido na Conferência. O Grupo de Especialistas recomendou que o ponto principal de atenção deveria ser nas Armas Pequenas e Armamentos Leves que são fabricados para fins militares. Outros tipos de armas de fogo usadas em conflitos poderiam também ser considerados, bem como sua munição.

Essa Conferência produziu o Programa de Ação⁹ com recomendações nos níveis nacional, regional e global. O Primeiro Encontro Bienal de Estados a Considerar a Implementação do Programa de Ação foi realizado de 7 a 11 de julho de 2003, em Nova York.

Entretanto, o objetivo da Conferência foi discutida pelo Comitê Preparatório. No relatório do Grupo de Especialistas Governamentais em Armas Pequenas foi recomendado que o foco principal da referida Conferência deveria ser o de desenvolver e fortalecer esforços internacionais para prevenir, combater e erradicar o comércio ilícito sobre Armas Pequenas e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos. Para finalizar, o Grupo recomendou que as metas da Conferência deveriam ser para¹⁰:

1. Fortalecer e desenvolver normas nos níveis global, regional e nacional, que reforçariam e, coordenariam esforços para prevenir e combater o comércio ilícito sobre armas pequenas e armamentos leves em todos os seus aspectos;
2. Desenvolver medidas internacionais no sentido de prevenir e combater o tráfico ilícito de armas e a fabricação de armas pequenas e armamentos leves, para reduzir o excesso, as acumulações desestabilizadas e as transferências de armamentos através do mundo, com ênfase particular nas regiões aonde os conflitos chegam ao fim e, também, aonde existem sérios problemas, como a proliferação de armas pequenas e armamentos leves que têm de ser lidados com urgência;

⁸ Ver anexo VI – A/CONF.192/15.

⁹ Idem ao 8.

¹⁰ Informações disponíveis no site: <http://disarmament2.un.org/cab/smallarms/about.htm>

3. Mobilizar toda a política para que a comunidade internacional possa prevenir e combater as transferências ilícitas e a produção de armas pequenas e armamentos leves em todos os seus aspectos, preservar a consciência do indivíduo e a seriedade ligados aos problemas associados ao tráfico ilícito e à produção de armas pequenas e armamentos leves, bem como ao excesso e a desestabilização acumulada espalhada por esses armamentos;
4. Promover responsabilidades pelos Estados quanto à exportação, importação, trânsito e retransferência de armas pequenas e armamentos leves.

Espera-se que os resultados da Conferência da ONU que foi realizada em 2001 venham reforçar a importância da aprovação de medidas concretas referente à proliferação das referidas armas, e não só a menção de declarações de intenções. Em relação aos resultados desta Conferência, destacam-se: o grande avanço no combate referente ao comércio ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leves e o outro, sobre a questão dos interesses econômicos dos grandes produtores que se beneficiam desse comércio. Em suma, ficou claro que a Conferência comprometeu-se com o controle das armas e o desarmamento.

Outro aspecto relevante desta Conferência foi a criação do Dia Internacional de Destruição de Armas no qual é celebrado em 9 de julho e tem o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), entrando no calendário da comunidade mundial como marco na busca pela paz. Logo após esse acontecimento, a comunidade internacional aprovou a idéia e iniciou um processo de destruição de armas nos quatro cantos do mundo.

Na Conferência, podemos ressaltar também outro fator importante no âmbito da questão do controle de armas e desarmamento que foi o chamado *Vienna process*. Enquanto em 2001, a Conferência e o Comitê Preparativo estavam enfrentando a acumulação desestabilizada e a expansão de vários tipos de Armas Pequenas e Armamentos Leves militares, dentro do contexto do desarmamento e controle de armas, havia outro processo de negociação lidando com Armas Pequenas e Armamentos Leves, realizado em Vienna. Sendo assim, delegações em Vienna negociaram um ato legal denominado **Protocolo contra a**

Fabricação e Tráfico Ilícitos de Arma de Fogo, Suas Partes, Componentes e Munição¹¹, suplementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado. A minuta do Protocolo forneceria uma lei internacional que colocaria em vigor o mecanismo para prevenção do crime e para a denúncia de traficantes. Nesse Protocolo havia artigos estabilizando padrões internacionais e providências quanto às marcas e aos registros de armas de fogo.

Nesta Conferência foram definidos dois conceitos importantes: as armas pequenas são armamentos designados para o uso pessoal e os armamentos leves são designados para o uso por grupos formados.

As Armas Pequenas e os Armamentos Leves, bem como suas partes, classificam-se conforme descrição abaixo¹²:

A) Armas Pequenas:

- Revólveres e pistolas portáteis;
- Rifles;
- Submetralhadoras;
- Rifles de Assalto;
- Metralhadoras Leves.

B) Armamentos Leves

- Metralhadoras Pesadas;
- Alguns tipos de Lançadores de Granada;
- Armas antiaéreas e antitanque Portáteis;
- Lançadores antiaéreos Portáteis de sistemas de mísseis.

¹¹ Informações disponíveis no site: <http://disarmament2.un.org/cab/smallarms/about.htm>

¹² Classificações definidas na Conferência sobre o Comércio Ilícito sobre Armas Pequenas e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos, realizada em 2001, que encontram-se no site: <http://disarmament2.un.org/cab/smallarms/about.htm>

C) Munição e Explosivos

- Cartuchos para armas pequenas;
- Projéteis e Mísseis para Armamentos Leves;
- Granadas manuais antipessoais e antitanques;
- Minas;
- Explosivos;
- Containeres móveis com mísseis e projéteis para ação específica dos sistemas antiaéreos e antitanques.

Para PUPIN e PAGLIUCA (2002)¹³, no âmbito do emprego, a arma leve é considerada aquela que não se encaixa no conceito de Arma Pesada¹⁴ e, normalmente, está inserida nas categorias de Arma Não-Portátil, Semi-Portátil, Portátil ou De Porte (Curta). Eles ainda mencionam que a ONU, em diversos documentos internacionais de Desarmamento Civil, usa como padrão de separação o calibre .50 BMG (12,7 x 99 mm), sendo que este calibre e qualquer um superior é considerado pesado, na maior parte dos casos, classifica-se como Arma Não-Portátil ou Semi-Portátil, embora possa incluir Arma Portátil (fuzis anti-material). No entanto, calibres como o 5,56 x 45 mm, 7,62 x 51 mm, e 9 x 19 mm, são considerados leves, e as armas que os disparam também, tais como o AR-15, o FAL, a submetralhadora Uzi ou a pistola Glock.

Conforme a Conferência mencionada anteriormente, um dos principais problemas associados às armas pequenas e armamentos leves é a sua disseminação em diversas regiões do mundo. Entretanto, eles são os “armamentos de escolha” predominantes nos conflitos internos atuais e também são traficados ilicitamente em troca de alguns bens, tais como diamantes e outras pedras preciosas, drogas e contrabando¹⁵. Alguns grupos, como por exemplo, gangues, criminosos e terroristas utilizam e traficam ilegalmente essas armas. Outro problema relacionado às armas diz respeito à sua fácil disponibilidade considerada fator contribuinte para o aumento de conflitos.

¹³ PUPIN e PAGLIUCA, 2002. pp. 15-16

¹⁴ Arma Pesada – Arma de grande efeito destrutivo sobre o alvo e ao uso de poderosos meios de lançamento ou de cargas de projeção na qual é empregada em operações militares em proveito da ação de um grupo de homens.

¹⁵ Informações disponíveis no site: <http://disarmament2.un.org/cab/smallarms/about.htm>

Como essas armas podem ser controladas?¹⁶ De acordo com a Conferência sobre o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leves em Todos os seus Aspectos da ONU¹⁷, essa pergunta é difícil de ser respondida. Diferentemente dos armamentos nuclear, químico e biológico, não há concordância referente às normas e padrões internacionais lidando diretamente com Armas Pequenas e Armamentos Leves. Ao mesmo tempo, muitos dos mais de 100 Estados que não exportam os armamentos contam com essas normas para garantir sua legitimidade nacional, defesa coletiva e segurança interna necessária. No entanto, os Estados preservam o direito da defesa individual e coletiva, como reconhece o artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

Conforme dados da ONU, observa-se que há mais de 600 milhões de Armas Pequenas e Armamentos Leves¹⁸ circulando no mundo inteiro. Por exemplo, as armas pequenas são responsáveis por mais da metade de milhões de mortes ocorridas anualmente, incluindo 300.000 advindas dos conflitos armados e 200.000 referem-se aos homicídios e suicídios.

De acordo com o relatório do Grupo de Peritos Governamentais em Armas Pessoais pertencentes às Nações Unidas¹⁹, há mais de 500 milhões de armas pessoais e ligeiras circulando no mundo e observa-se que só nos Estados Unidos encontram-se 220 milhões destas armas.

1.2 Conceito de Armas Pequenas nos Estados Unidos

Conforme DOLAN e SCARIANO (1994)²⁰, uma *handgun* é uma arma que pode ser carregada e manuseada para atirar com uma só mão. Há dois tipos de *handgun*: a pistola e o revólver.

Apesar do rifle e da espingarda de caça serem manuseados com uma mão, o tamanho e comprimento deles fazem com que ambos sejam carregados com as duas mãos. Por

¹⁶ Informações disponíveis no site: <http://disarmament2.un.org/cab/smallarms/about.htm>

¹⁷ Ver anexo VI conforme a nota de número 8.

¹⁸ Dados disponíveis: <http://disarmament.un.org:8080/cab/salw.html>

¹⁹ Relatório já citado anteriormente.

²⁰ DOLAN e SCARIANO, 1994, p. 23.

exemplo, o rifle atira precisamente a longas distâncias e é o armamento de caçadores esportivos e marcadores de alvo. Já a espingarda é usada, principalmente, para a caça.

As diferenças entre a pistola e o revólver são as seguintes: a pistola utiliza um carregador que, carregado com cartuchos, é inserido dentro do comprimento do armamento, sendo que cada cartucho é empurrado para dentro da câmara de fogo até obter-se um salto. Por outro lado, o revólver é equipado com um tambor onde dentro possui espaços para os cartuchos serem inseridos. Quando se dispara a arma, o tambor roda trazendo o cartucho para dentro da câmara de fogo. O tambor contém aberturas circulares para armazenar seis cartuchos.

No entanto, as armas mencionadas anteriormente, são aquelas consideradas como as mais perigosas de todas as armas de fogo quando encontram-se em mãos erradas. Devido a esse fato, têm-se um recorde altíssimo de assassinatos, balas perdidas, suicídios e atividades criminais. Por exemplo, a *Saturday Night Special* tem uma péssima reputação devido às suas características. Ela é pequena no cano, possui baixo calibre, fabricada com materiais inferiores e considerada uma das preferidas dos criminosos por terem um custo baixo e por serem fáceis de esconder. Porém, ela tem 3 obstáculos sendo um armamento para o crime e para a auto-defesa:

1. Frequentemente ela faz com que a mira seja desviada.
2. Por ela ser feita de materiais inferiores, ela não trava depois de algum tempo em uso.
3. Especialmente para a pessoa que carrega essa arma para se proteger, seu pequeno calibre (.32 ou menos) não proporciona um forte “poder estático”.

Ainda segundo DOLAN e SCARIANO (1994)²¹, os armamentos estilo-militar se referiam aos armamentos de assalto no qual foram designados para usar em guerra. Em 1884, *Hiram S. Maxim* inventou uma arma que carregava, atirava e extraia cartuchos automaticamente. Contudo, esta foi realmente a primeira arma automática e, sua invenção e uso durante a Primeira Guerra Mundial, mudou os armamentos de guerra. Com o passar do tempo, os armamentos leves automáticos que poderiam ser carregados por um soldado foram

²¹ Ibidem. p. 24.

desenvolvidos e usados na Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o controle dos armamentos leves era muito mais difícil de ser aplicado.

Na visão dos autores tratados no início desse item, em 1943, os alemães introduziram o primeiro rifle de assalto. Usando cartuchos médios, esse rifle foi capaz de alcançar distância similar àqueles rifles padronizados e com menos recuo. Por exemplo, o rifle AK-47 Soviético, o Uzi israelita e o M-16 norte-americano são nomes de poucos rifles de assalto dos dias de hoje. Eles, também, são considerados automáticos ou semi-automáticos. A diferença destes dois últimos é visto na ação do gatilho. Na semi-automática, o gatilho tem que ser puxado para cada bala disparada, enquanto na automática, um simples aperto do gatilho pode disparar 500 rodadas de munição. Ambas as armas automáticas e semi-automáticas são capazes de precisar rapidamente um tiro. No entanto, os armamentos semi-automáticos foram inicialmente desenvolvidos para uso militar. Posteriormente, foram sendo adquiridos pelos civis, colecionadores de armas, caçadores e praticantes de tiro ao alvo. Conseqüentemente, os criminosos também foram adquirindo esse tipo de armamento.

Nos Estados Unidos, a taxa *per capita* dos homicídios anuais referente às armas, apresenta 7.59 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto a taxa do Canadá é 2.60 e a da Austrália, 1.95. Já o Japão, com a tradição da violência militar, se vangloria com uma das taxas mais baixas de homicídios com armas: .90²².

De acordo com o *Bureau of Justice Statistics (Washington, DC, EUA)*, as armas classificam-se em²³:

1. Armas Portáteis (revólveres, pistolas, *derringer*);
2. Rifles;
3. Espingardas de caça;
4. Ação de Fogo (automáticas, semi-automáticas, metralhadoras, submetralhadoras);
5. Munições (calibres, *gauge*).

²² DOLAN e SCARIANO, op. cit. p. 25.

²³ Ver anexo VII referente aos tipos de armas de fogo.

1.3 Comparativo dos conceitos

Em relação aos conceitos sobre armas apresentados anteriormente, seja no âmbito da ONU ou no dos Estados Unidos, infere-se que possuem praticamente as mesmas classificações. Porém, há uma diferença no que diz respeito à história, abrangência e denominação dada a cada um dos conceitos.

Por um lado, a ONU aponta diretamente seu foco para a questão da paz e da segurança através do desarmamento no cenário mundial.

Como mencionado no item 1.1 deste capítulo, as questões sobre armas pequenas e armamentos leves foram alavancadas nos anos 1990 com o surgimento de departamentos específicos, designação de Grupos Especializados Governamentais, realização de Conferências, elaboração de Protocolos, Programas de Combate ao Comércio Ilícito dessas armas, foco no controle de armas e desarmamento, dentre outros. Além disso, segundo a ONU, as armas possuem suas características e classificações próprias conforme o item 1.1.

Por outro lado, os Estados Unidos possuem características e classificações que se diferenciam um pouco no que diz respeito às armas de fogo. Observa-se que foi criada, em tempos remotos, a Constituição denominada *Bill of Rights* para o país com 10 emendas, sendo que a segunda refere-se explicitamente à questão do controle de armas, porém cada estado norte-americano rege suas próprias leis conforme os artigos federal e estadual constitucionais²⁴. No capítulo 2 serão abordadas as cinco legislações dos Estados Unidos em relação à questão das armas.

Conclui-se que, apesar das diferenças levantadas nos conceitos, o objetivo de ambas as partes é comum. Há uma grande preocupação, principalmente por parte da ONU, com a questão do controle de armas, desarmamento e combate ao comércio ilícito das Armas Pequenas e Armamentos Leves, pois sua abrangência é mundial, enquanto isso, os Estados Unidos trata apenas do controle de armas e combate ao tráfico das mesmas dentro do país. Embora existam diversos caminhos para a redução das armas e soluções para os problemas causados por elas, nem sempre se obtém sucesso. Porém, é necessário que continue sendo dada atenção a essa questão.

²⁴ Assunto tratado no Capítulo 2 deste trabalho.

CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO ONU-ESTADOS UNIDOS E O DESARMAMENTO

2.1 A relação ONU e Estados Unidos desde sua origem

O surgimento das Nações Unidas²⁵ ocorreu com o fracasso da Liga das Nações logo após a Segunda Guerra Mundial em 1945 e, devido aos freqüentes conflitos mundiais, viu-se a necessidade da criação de uma organização mundial para estabelecer a paz. De acordo com GALT (1966)²⁶, a ONU foi fundada para tentar resolver um terrível problema no mundo: libertar a humanidade do medo e do perigo.

Desde que os Estados Unidos fazem parte das Nações Unidas, após seu surgimento em 1945, este país nada tem a temer, pois é uma das maiores vozes dentro da ONU. Entretanto, houve momentos que o país sofreu algumas ameaças. Conforme STEVENSON (1965)²⁷, é preocupante a questão de ter sempre certeza de que o papel fundamental dos Estados Unidos em exercer sua liderança na ONU alcançará o apoio indispensável e paciente da opinião pública.

“Que vale os Estados Unidos pertencerem às Nações Unidas?” No Comitê de Relações Exteriores do Senado em 1961, o autor mencionou que a ONU era “nossa melhor esperança de conseguir uma paz assinalada pela liberdade e pela justiça” (STEVENSON, 1965: 137). No ano seguinte, dirigiu-se ao mesmo Comitê tratando sobre a compra de bônus da ONU por parte dos Estados Unidos para financiar as operações de paz da Organização. Posteriormente às suas participações no referido Comitê, ele resumiu seu pensamento em relação aos Estados Unidos pertencerem a ONU em uma só pergunta: “Que é que a ONU nos pode dar?”

O autor aborda a questão acima de acordo com dois critérios: o primeiro refere-se aos registros da 17ª Assembléia Geral na qual possuía pouco mais de uma centena de itens na sua agenda e, o segundo, apresenta o papel desempenhado pela ONU nas duas maiores crises da história contemporânea, o colapso do Congo e a descoberta de foguetes soviéticos em Cuba.

²⁵ O termo “Nações Unidas” foi uma homenagem ao criador da mesma: ROOSEVELT.

²⁶ GALT, 1966, p. 9.

²⁷ STEVENSON, 1965, pp. 151-152.

Na visão de STEVENSON (1965)²⁸, ele afirma de forma bem ampla que o desempenho da ONU contribuiu bastante para os objetivos da política exterior dos Estados Unidos. Na verdade, **ela nos pode dar muito**. De acordo com o tão conceituado autor CHOMSKY (1999)²⁹, depois da Guerra do Golfo, a ONU estava funcionando exatamente como havia sido planejada, apesar dos fatos serem encobertos pelos “guardiões da correção política” que controlam piamente os meios de expressão. É importante ressaltar que há muitos anos, a ONU tem sido bloqueada por grandes potências, sendo elas: Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, França e China.

Ainda de acordo com STEVENSON (1965)³⁰, ele forma um juízo maduro sobre o valor real da ONU relacionada com os interesses norte-americanos, onde apresenta duas perguntas que apontam os fatores ressaltando o que poderia ter ocorrido se a ONU não estivesse realmente lá: “Os Estados Unidos teriam visto seus interesses políticos internacionais, especialmente os mais recentes no Congo e no Caribe, melhor ou pior servidos sem as Nações Unidas?”; “Teriam os Estados Unidos podido apresentar, ao mundo em expectativa, com mais ou menos ênfase, seus ideais, suas crenças, sua política de maneira eficiente se as Nações Unidas não existissem?” (STEVENSON, 1965: 146).

Conforme STENVENSON (1965)³¹, a questão é que os Estados Unidos não possuem ou controlam a ONU, eles não são nem mais nem menos influentes entre os membros da ONU. Entretanto, se este país fosse se recolher sempre que ocorresse algum problema extremo, a eficácia da ONU não só se destruiria, mas também prejudicaria a esperança das nações de resolverem seus problemas pelos mesmos métodos nos quais os interesses em conflito são solucionados dentro das próprias nações e comunidades democráticas.

O pensamento de Stenvenson aplicava-se àquela época. Entretanto, com o decorrer do tempo, a história da ONU e dos Estados Unidos foi se modificando, novos acontecimentos surgiram e o ponto de vista dos autores atuais contribuíram para um melhor entendimento do novo cenário internacional.

²⁸ Ibidem . p. 145.

²⁹ CHOMSKY, 1999, pp. 79-80.

³⁰ Ibidem. p. 146.

³¹ CHOMSKY. op. cit. pp. 146-147.

De acordo com COATE (1994)³², há aproximadamente um século atrás, a visão e a liderança dos Estados Unidos foram instrumentos traçados na nova ordem mundial que requeriam valores democráticos e instituições econômicas liberais. No entanto, as Nações Unidas foi criada para servir como um bloco construtivo desta ordem, onde buscava acabar com a guerra e garantir a segurança e a paz mundiais.

Como nos aponta COATE (1994)³³, os Estados Unidos têm fornecido liderança na construção de soluções coletivas aos problemas globais comuns nos últimos 75 anos. Eles foram considerados a força guiadora para a construção da Liga das Nações. Ademais, após a 2ª Guerra Mundial, a liderança dos Estados Unidos foi indispensável para a construção das Nações Unidas. Entretanto, enfrentando a maioria do Terceiro Mundo na Assembléia Geral que tem crescido bastante desde os anos 1960, os Estados Unidos começaram a retirar-se das atividades engajadas na ONU durante os anos 1980. Neste período, a retórica e as ações dos Estados Unidos repudiaram as tradições internacionalistas da diplomacia americana.

Na obra de COATE (1994)³⁴, as lacunas na liderança dos Estados Unidos surgiram dos desacordos tradicionais que existem dentro dos círculos da política norte-americana entre nacionalistas e internacionalistas acima da utilidade do multilateralismo e das Nações Unidas. Estes pontos de vista foram ecoados recentemente no relatório da Comissão dos Estados Unidos para Melhorar a Eficácia das Nações Unidas. Neste relatório, *Defining Purpose: The U.N. and the Health of Nations*, os membros conservadores da comissão discutiram que a ONU é controlada pela maioria autoritária e devido a esse fato, pode tornar-se uma parte útil da política norte-americana. Por outro lado, os membros liberais da comissão apóiam a política internacionalista, discutindo que os limites do poder dos Estados Unidos e o alcance de seus interesses fazem com que sejam resolvidos coletivamente os problemas através da ONU, sendo um importante instrumento para a política do país.

No entanto, desde que a liderança norte-americana seja solicitada para revigorar as Nações Unidas, os Estados Unidos não devem retornar ao seu passado isolacionista. Infelizmente, a herança da era Reagan e um consenso eterno entre os proponentes e os

³² COATE, 1994, p. 4.

³³ Ibidem. pp. 4-5.

³⁴ COATE. op. cit. p.5.

opponentes do multilateralismo têm dado à administração corrente um alicerce fraco para reconstruir a liderança norte-americana.

No que diz respeito à reforma das Nações Unidas, a liderança dos Estados Unidos e dos outros membros principais é fundamental para proporcionar caminhos à ONU no mundo contemporâneo e no crescimento das expectativas da comunidade internacional. Caso a tentativa de uma liderança forte pelos Estados Unidos e o fornecimento de uma direção transparente para os esforços da reforma não acontecerem, a oportunidade para alcançar mudanças reais passará. Entretanto, se a liderança for bem administrada pelos principais membros de Estado da ONU, poderá levar esta Organização a uma direção de coerência e efetividade.

Sobre o desarmamento em geral, STENVENSON (1965)³⁵ afirma que os Estados Unidos orgulharam-se dos próprios esforços para reduzir os armamentos. Por exemplo, eles apoiaram as duas Conferências de Haia, tomaram a frente do desarmamento naval depois da 1ª Guerra Mundial, fizeram com que a extensa Conferência de Desarmamento de 1932 obtivesse sucesso e logo após a 2ª Guerra Mundial, o país reduziu as forças armadas.

“O desarmamento era uma das primeiras coisas na agenda de trabalho das Nações Unidas. [...] Naquela época propusemos destruir as poucas armas atômicas que somente os Estados Unidos possuíam então, proibir para sempre a fabricação desses engenhos, colocar o desenvolvimento da energia atômica em todas as suas formas sob o controle integral da ONU e entregar à Organização todas as instalações e informações relativas à ciência e à tecnologia atômicas; tudo isso para evitar a corrida armamentista pelo átomo”. (STEVENSON, 1965: 61-62)

Os Estados Unidos apoiaram junto à ONU, o desarmamento geral e completo de todas as forças nacionais capazes de agressão internacional e a alienação de todo seu armamento. A proposta para tal desarmamento exigia uma grande redução das armas, mesmo em estágios iniciais, tanto das armas convencionais como das nucleares.

³⁵ STEVENSON, 1965, p.61.

Fica bem claro que nos dias atuais, os Estados Unidos não agem como na época tratada pelo autor Stevenson. Portanto, onde está aquele país ou governo que seguia os princípios da ONU? Mesmo porquê eles mesmos tinham um grande poder na Organização e ainda o possuem, mas o pensamento daquela época comparado ao de hoje, é consideravelmente contraditório. Um fator importante para explicar tal fato foram as diferentes administrações de governo, bem como aspectos negativos da globalização no cenário econômico, político e social que conduzem aos pequenos conflitos e as grandes guerras.

Observa-se que muitos assuntos são tratados pelos autores, especialistas na área e outros meios, desde os tempos remotos até os dias de hoje referente ao desarmamento nuclear e outros. Porém, a questão do controle dos armamentos leves (armas convencionais) e combate ao tráfico ilícito desses armamentos, mencionados no presente trabalho, fazem parte da pauta da agenda da ONU em tempos mais recentes.

No item 2.2 deste capítulo, será explanado sobre os principais órgãos da ONU que tratam da questão da Paz e da Segurança através do Desarmamento.

2.2 Os principais órgãos das Nações Unidas relacionados com o Desarmamento

As finalidades das Nações Unidas poderiam ser alcançadas se os seguintes princípios fossem obedecidos: igualdade soberana dos membros, boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais, solução dos conflitos por meios pacíficos, abstenção da ameaça e da força contra a integridade territorial e a independência política de qualquer Estado e não intervenção em assuntos que sejam, essencialmente, da competência interna dos Estados.

Para que haja o desempenho dessas finalidades, a ONU é composta pelos principais órgãos que seguem descritos abaixo³⁶:

- Assembleia Geral;
- Conselho de Segurança;
- Conselho Econômico e Social;

³⁶ Ver anexo VIII referente ao “chart” do Sistema Geral da ONU.

- Conselho de Tutela;
- Corte Internacional de Justiça;
- Secretariado.

As Nações Unidas foi fundada na crença de que a paz e a segurança para todas as pessoas só seriam possíveis através do desarmamento. O artigo 26 da Carta das Nações Unidas menciona sobre o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais com o mínimo de desvio para armamentos do mundo e de recursos econômicos.

Um dos órgãos do Secretariado da ONU denominado Departamento para Casos de Desarmamento³⁷ foi restabelecido em janeiro de 1998 pela Assembleia Geral com a Resolução 52/12 e trata das questões e casos de desarmamento no mundo. Na verdade, o referido Departamento surgiu em 1982 e continuou até 1992. O *DDA* incentiva a questão do desarmamento nuclear e da não-proliferação e o fortalecimento de regimes de desarmamento referente a outras armas de destruição em massa, como, por exemplo, armas químicas e biológicas. O referido Departamento também incentiva esforços no que tange ao desarmamento na área de armas convencionais, principalmente, granadas manuais, explosivos e armas pequenas que são escolhidos para os conflitos nos tempos atuais³⁸.

De acordo com a ONU, o *DDA* fornece suporte substantivo e organizacional para a norma cumprida na área de desarmamento através do trabalho da Assembleia Geral e seu Primeiro Comitê, da Comissão de Desarmamento, da Conferência sobre Desarmamento e outros órgãos³⁹.

Outro aspecto a ser destacado pelo Departamento para Casos de Desarmamento é o apoio dado ao desenvolvimento e implementação de medidas práticas de desarmamento após o conflito, tais como desarmar e desmobilizar combatentes formados e ajudá-los a se reintegrarem na sociedade civil.

³⁷ Termo em inglês: Department for Disarmament Affairs - DDA

³⁸ Informações disponíveis no site: <http://disarmament.un.org:8080/dda.htm>

³⁹ Idem ao 38.

O Secretário-Geral para as questões de desarmamento chama-se *Nobuyasu Abe*⁴⁰. A estrutura do *DDA* é composta pelos seguintes organismos⁴¹:

1. Secretariado da Conferência no Desarmamento & Apoio ao Órgão da Conferência;
2. Órgão responsável pelos Armamentos de Destruição em Massa (sigla em inglês: WMD);
3. Órgão responsável pelas Armas Convencionais (sigla em inglês: CAB);
4. Órgão responsável pelo Desarmamento Regional (sigla em inglês: RDB);
5. Órgão de Informação e Monitoramento (sigla em inglês: MDI).

A seguir, será apresentado o terceiro organismo do *DDA*, bem como suas principais características, no qual trata dos problemas causados pelas Armas Convencionais e as medidas criadas para combater a proliferação e o tráfico das mesmas.

O Órgão das Armas Convencionais fornece suporte considerável ao papel das Nações Unidas na prevenção da proliferação de armamentos convencionais e à implementação do mandato da Assembleia Geral no campo das armas convencionais que estão confiadas ao *DDA*. Tal órgão monitora tendências, identifica questões e desafios que surgem, analisa suas implicações e faz recomendações em possíveis estratégias para o papel das Nações Unidas mantendo a Segurança Internacional quanto aos diversos aspectos de controle de armamentos convencionais e a prática do desarmamento. Esse órgão prepara, ainda, avaliações políticas, pesquisas, compilações, resumos e relatórios para o Secretário-Geral referente às armas convencionais⁴².

Entretanto, para aumentar o nível de transparência das questões militares, e contribuir para a construção de confiança e segurança entre os estados, o *DDA* opera duas medidas transparentes⁴³:

- Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas;

⁴⁰ Ver anexo IX.

⁴¹ Ver anexo X.

⁴² Informações disponíveis no site: <http://disarmament.un.org:8080/cab/>

⁴³ Ver anexo XI.

➤ Instrumento Padronizado para Informar Despesas Militares.

O órgão também fornece serviços do Secretariado ao *Standing Advisory Committee on Security Questions in Central Africa* que foi determinado pela Assembleia Geral para coordenar o controle de armas, o desarmamento e as medidas construtivas de confiança na sub-região da África Central. Além disso, o DDA oferece um serviço muito importante no campo do desarmamento e do desenvolvimento.

O DDA também apóia a implementação de medidas práticas de desarmamento após um determinado conflito. Isso é aspecto relevante dentro do Departamento e do Secretariado para a implementação de mandatos pertencentes aos componentes de desarmamento de operações de paz abaixo ou em conjunto com as Nações Unidas.

Contudo, o DDA é a agência que lidera o mecanismo de Ação de Coordenação em Pequenas Armas⁴⁴ que foi estabelecido pelo Secretário-Geral em 1998 no sentido de harmonizar a política e a ação coordenada pelas diversas agências da ONU que trabalham nesse campo.

Um dos Institutos de Pesquisa e Treinamento da ONU relacionado com a questão do desarmamento é denominado Instituto para Pesquisas sobre Desarmamento das Nações Unidas – UNIDIR⁴⁵ cuja competência é conduzir pesquisas referentes ao desarmamento e segurança com o propósito de assistir a comunidade internacional em seus pensamentos sobre desarmamento, decisões e esforços. Sendo assim, através de seus projetos de pesquisas, publicações, pequenos encontros e redes especializadas, o UNIDIR promove diálogos e pensamentos criativos em relação aos desafios do desarmamento e segurança dos dias de hoje e de amanhã⁴⁶.

As atividades desse Instituto relacionam-se com várias realidades, desde a polêmica da diplomacia global até tensões crescentes locais e conflitos violentos. O UNIDIR também explora as questões de segurança, sejam elas correntes ou futuras, examina tópicos como a variedade de armas nucleares táticas, segurança dos refugiados, guerras computadorizadas, medidas regionais em construção sigilosa e armas pequenas. Em relação a essas atividades,

⁴⁴ Termo em inglês: Coordinating Action on Small Arms – CASA

⁴⁵ O UNIDIR é considerado uma organização inter-governamental da ONU.

⁴⁶ Informações disponíveis no site: <http://www.unidir.org/html/en/about.html>

infere-se que o UNIDIR é um dos meios para o controle de armas pequenas, trabalhando diretamente com pesquisas e servindo como instrumento de apoio à questão discutida no presente trabalho.

Outro aspecto a ser destacado sobre o UNIDIR é que ele age como uma ponte entre a comunidade pesquisadora e os Membros de Estado das Nações Unidas trabalhando com pesquisadores, diplomatas, oficiais do governo, ONG's e outros institutos. Seu trabalho é custeado por contribuições governamentais e donativos. Este Instituto localiza-se em Genebra, o primeiro centro para negociações sobre segurança e desarmamento e foca, em pontos globais, para preocupações humanitárias tais como direitos humanos, refugiados, migração, saúde e questões trabalhistas.

Estes são os órgãos da ONU que tratam da questão da Paz e Segurança através do Controle das Armas em geral e Desarmamento.

2.3 O controle de Armas Pequenas nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, a história das armas inicia-se com a descoberta em *Jamestown*, Virgínia, nos anos 1600s. No entanto, no Novo Mundo, as armas eram uma necessidade, pois os colonos precisavam delas para lutar por comida e proteger eles mesmos e suas famílias⁴⁷.

O direito de cada cidadão em adquirir armamentos⁴⁸ tem uma longa tradição na civilização ocidental. Por exemplo, segundo o filósofo grego Aristóteles, possuir armas era uma necessidade para a civilização. Por outro lado, Platão acreditava que uma população desarmada era necessária para manter um sistema em ordem⁴⁹.

Cícero, um dos líderes da República Romana, apoiava a posse de armas para a própria defesa do cidadão e para a defesa coletiva contra a ditadura. Já Maquiavel, o filósofo

⁴⁷ Item já abordado anteriormente.

⁴⁸ As armas foram usadas primeiramente nos anos 1500s. Anteriormente a essa época, os armamentos consistiam em paus, espadas, lanças, facas, etc.

⁴⁹ JACOBS et al, 1997, p. 2.

político italiano dos anos 1400s, pensava que uma população armada de soldados formados por cidadãos era uma proteção considerável para conservar más regras por algum tempo⁵⁰.

Como afirma JACOBS et al (1997)⁵¹, talvez, o primeiro documento relacionando o porte de armas a uma milícia⁵² foi o *Assize of Arms* em 1181, no qual Henry II da Inglaterra ordenou a cada homem livre, o direito de possuir um armamento. No entanto, o rei queria capacitar a milícia rapidamente para quando fosse necessário entrar em ação. Em 1328, o Parlamento Inglês proibiu o “carregamento” de armas em locais públicos, mas permitiu o direito de “carregá-las” para defender-se.

Em 1671, na Inglaterra, terras públicas eram usadas para a caça nas quais eram restritas para aqueles que ganhavam 40 ou mais libras anualmente. Às pessoas não era permitido a caça e aquelas que possuísem terra valendo menos de 100 libras, não podiam obter armamentos. Este é o primeiro exemplo de uma lei de controle de armas. Tal fato foi aprovado para guardar a propriedade de terras e armamentos nas mãos dos ricos.

Para tornarem-se rei e rainha da Inglaterra, *William e Mary* tiveram que assinar *the English Bill of Rights*, em 1689, no qual incluiu o direito dos “Protestantes em ter armas para sua própria defesa adequada às suas condições e como permitida pela lei”.

De acordo com JACOBS et al (1997)⁵³, muitas leis Norte-americanas advieram da Lei Comum Britânica e a maioria dos colonos norte-americanos vieram da Inglaterra, trazendo com eles, valores ingleses. Por exemplo, uma das tradições legais que eles trouxeram foi o “direito de possuir e utilizar armas para sua preservação e defesa”.

Quando os Estados Unidos adquiriram sua independência, o primeiro Congresso sob a Constituição (1789) aprovou a legislação necessária para estabelecer o Estado, o Tesouro Nacional e os departamentos de Guerra. Em 1791, o Congresso ratificou dez emendas, conhecido como *Bill of Rights*, para a Constituição. A Segunda Emenda pertencia diretamente às armas e foi aprovada pelo Congresso com uma pequena discussão porque as armas de fogo tinham sido uma necessidade para os primeiros colonos e mais tarde, havia

⁵⁰ Ibidem. p. 2.

⁵¹ JACOBS et al. op. cit. p. 2.

⁵² Uma milícia é um exército formado por cidadãos que são chamados a lutar em uma emergência temporal.

⁵³ JACOBS et al, 1997, p.3.

ajudado a vencer a Guerra Revolucionária. Tal Emenda declara: “Uma milícia bem controlada, sendo necessária para a segurança de um Estado livre e, o direito das pessoas em ter e portar Armas, poderiam não ser infringidas.” Esta Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos lida com o controle de posse de armas.

Enquanto a Constituição dos Estados Unidos garante o direito de portar armas, este direito pode ser controlado pelos Estados, cidades e municípios⁵⁴. As Cortes Federal e Estadual têm regido tudo isso dentro dos direitos dos Estados e comunidades locais para requerer registro de arma, para controlar quando e onde as pessoas podem carregá-las e banir certos tipos de armas, geralmente armas portáteis, da comunidade.

Há cinco legislações específicas norte-americanas em relação à posse de armas: *National Firearms Act* (1934), *Gun Control Act* (1968), *Firearms Owner’s Protection Act* (1986), *Brady Handgun Violence Prevention Act* (1993) e *Omnibus Crime Control Act* (1994)⁵⁵.

National Firearms Act (1934)

O Congresso norte-americano aprovou o *National Firearms Act of 1934* para fazer com que a compra das armas de fogo pelas gangues, principalmente os armamentos mais perigosos⁵⁶, fosse dificultada. Esta lei estabeleceu impostos muito altos aos fabricantes de armas, ao vendedor das mesmas nas lojas e aos consumidores. A lei também tirou o direito de posse de bombas, mísseis, granadas e silenciadores.

Gun Control Act (1968)

Em 1968, o Congresso revogou o *Federal Firearms Act of 1938*. Enquanto o próprio Congresso começou a trabalhar em uma nova lei nacional sobre armas em 1963, os assassinos do Presidente John F. Kennedy, do Dr. Martin Luther King Jr. e do Senador

⁵⁴ Em relação à desconcentração do poder político, o autor Walter Santos Jr. aponta que “uma das inovações do federalismo norte-americano foi que o poder não ficasse concentrado. Desse modo, a União e os Estados têm competências próprias e exclusivas, asseguradas pela Constituição. Nem a União é superior aos Estados, nem estes são superiores àquela. As tarefas de cada um são diferentes, mas o poder político de ambos é equivalente”.

⁵⁵ O histórico das 5 legislações foram pesquisados em: JACOBS et al. *Gun control an american issue*. Texas: Information Plus, 1997.

⁵⁶ Por exemplo, *machine guns* e *sawed-off shotguns*.

Robert Kennedy conduziram ao crescimento do interesse nas leis de controle de armas. No entanto, influenciado por esta atenção crescente, o Congresso aprovou o *Gun Control Act of 1968*.

Esta legislação não permitia a venda de armas de um estado para o outro (chamado interestadual), exceto em determinadas condições limitadas. Por outro lado, os vendedores de armas não podiam vender armas de fogo ou munição para menores ou para aqueles que já haviam cometido crimes. Entretanto, a lei exigiu dos vendedores de armas o devido licenciamento para tal comércio. Toda venda de arma e munição teria que ser feita na loja de armas e também registrada no ato da compra. Além disso, era exigido do vendedor, o registro da venda de cada arma de fogo para que a polícia pudesse descobrir o seu paradeiro e identificar o seu dono quando fosse apreendida.

A legislação em questão fez com que muitas pessoas ficassem transtornadas. No entanto, os proprietários das armas achavam injusto eles não poderem comprar armas e munição através do correio. Ao mesmo tempo, os vendedores de armas não gostaram da exigência na qual eles teriam que registrar cada arma ou cada parte de munição vendida.

De fato, as pessoas que são contra as leis de controle de armas não raciocinam que estas novas exigências realmente auxiliam a polícia a pegarem criminosos. Por outro lado, muitos daqueles que querem mais controle na venda de armas não acreditam que a nova lei seja suficiente para tirar as armas das mãos desses criminosos.

Firearms Owner's Protection Act (1986)

Em 1986, foi aprovada pelo Congresso mais uma legislação referente ao controle de armas nos Estados Unidos denominada *Firearms Owner's Protection Act of 1986*.

Esta lei é também chamada de *Gun Control Act of 1986* e permite a venda interestadual de rifles e espingardas de caça, mas não de armas portáteis. Outro aspecto desta lei é que ela permite aos comerciantes de armas, vender armas de fogo em outro local além da própria loja.

A referida lei torna legal a compra de armas e munição através do correio, ao contrário da *Gun Control Act*. Por exemplo, uma loja que vende apenas munição não mais

precisa de licença e os comerciantes de armas de fogo não mais precisam guardar os registros de todas as armas vendidas. Contudo, eles apenas precisam registrar a venda de balas *armorpiercing*. A lei aumenta, ainda, as penalidades para os crimes cometidos com armas de fogo.

Brady Handgun Violence Prevention Act (1993)

The Firearms Owner's Protection Act of 1986 foi considerada uma vitória para aqueles que se opõem ao controle de armas. Desde esta época, aqueles que desejam mais controle referente ao porte de armas têm tentado mudar a lei. Uma dessas tentativas é popularmente conhecida como *Brady Amendment*.⁵⁷

No entanto, um consumidor de armas deveria preencher um formulário e a polícia local checaria a formação da pessoa para analisar se ele ou ela possui antecedentes criminais (criminosos ou condenados) ou se possuem algum outro problema que impede a obtenção da arma.

Em uma carta surpresa, o antigo Presidente Ronald Reagan, apesar de sua oposição a *Brady Amendment*, saiu em apoio à proposta do controle de armas. A mudança da posição do Presidente influenciou no crescimento das taxas de crimes, fazendo com que o debate referente a *Brady Amendment* continuasse durante o verão de 1991.

Apesar da primeira “queda” da *Brady Amendment*, ela, eventualmente, tornou-se lei, em novembro de 1993, quando o Congresso aprovou a *Brady Handgun Violence Prevention Act*. Esta lei vigorou até fevereiro de 1994.

Omnibus Crime Control Act (1994)

Em 1994, a *Omnibus (Violent) Crime Control Act* proibiu a fabricação, a transferência ou posse de rifles semi-automáticos. A referida lei define os rifles semi-

⁵⁷ Em 1981, o secretário presidencial James S. Brady foi baleado por John Hinckley, enquanto este último, tentava atirar no Presidente Ronald Reagan. Hinckley foi preso rapidamente. Entretanto, James Brady está confinado em uma cadeira de rodas e pode caminhar apenas poucos passos sem ajuda. Sua esposa, Sarah Brady, tem se tornado uma líder entre aqueles que apóiam o controle de armas e, recentemente, James Brady tem começado a trabalhar com ela.

automáticos e lista 19 tipos, tais como *Uzi*, *TEC-19* e *Street Keeper* e, seus “*copycats*”. A lei criminal permite pelo menos 650 tipos diferentes de rifles esportivos e limita a capacidade de fabricação de carregadores⁵⁸ para 10 cartuchos.

Dentre as organizações nacionais nas quais são opostas ao controle de armas de fogo nos Estados Unidos, destaca-se a *National Rifle Association (NRA)*, fundada em 1871, na cidade de Nova York, por um grupo de homens da Guarda Nacional que almejavam melhorar o “*marksmanship*” militar da época. Tal associação expõe que sua proposta básica é preservar o direito constitucional do cidadão norte-americano em obter sua própria arma de fogo legalmente. Em 1976, a NRA estabeleceu o Fundo Político da Vitória que funcionaria como um comitê de ação político. A meta do Fundo seria ajudar os candidatos políticos elegidos que se opuseram ao controle de armas.

Desde 1991, os filiados a *NRA* vêm crescendo de 2,5 milhões para mais de 3 milhões com um orçamento anual de aproximadamente 100 milhões. De acordo com a associação, muitos dos novos membros têm-se filiado por causa do medo da violência. Eles querem exercitar seus direitos constitucionais para obter armas de fogo e defender a si mesmos através delas.

Por outro lado, há aqueles que são totalmente a favor do controle de armas. Por exemplo, advogados para legislação de armas de fogo combatem que a propriedade dessas armas não é um direito absoluto, mas pode ser limitado para a segurança pública. Eles sustentam sua crença em relação à propriedade de armas, apontando para duas frases existentes na Segunda Emenda: “uma milícia bem controlada” e o “direito das pessoas em ter e portar Armas”. A primeira frase, assegurada por eles, foi pretendida para prevenir o governo federal de interferir com uma milícia de estado. Tais advogados discutem que a frase limita a propriedade de armas de fogo para as milícias de estado com o resultado de que a Emenda não concede a cada um o direito de obter uma arma.

Em 1983, foi formado “*the Center to Prevent Handgun Violence (CPHV)*.” Esta organização acreditava que armas tais como, *Saturday Night Special* e rifles de ataque estilo militar, eram usadas pelos criminosos, não por esportistas ou oficiais da Lei. Em outras

⁵⁸ Depósito de munições; paiol de pólvora.

palavras, o Centro trabalha para prevenir a violência com armas de fogo através da educação, ações legais e pesquisas.

Conforme mencionado anteriormente, os advogados para controle de armas de fogo asseguram que a propriedade dessas armas, como um licença para dirigir, é um privilégio e não um direito. Ambos carregam uma responsabilidade e necessitam de um determinado requerimento antes de obtê-los. A Associação Médica Norte-americana concorda com os advogados. Tal associação tem publicado alguns estudos e editoriais em relação às mortes causadas por armas de fogo. Um dos estudos revelou que o homicídio com essas armas é a segunda causa de morte entre os alunos das escolas norte-americanas e os jovens.

Diversos fatos ocorreram depois da terrível tragédia do dia 11 de setembro de 2001. Os EUA sempre foram vistos como o país autoritário, dominante e severo. Porém, os ataques terroristas e, principalmente, o do dia 11 de setembro, desencadearam fatores bastante influenciadores no que tange aos conflitos. Um dos aspectos subsequente ao ataque foi o aumento da compra⁵⁹ e do tráfico de armas de fogo pela população norte-americana. Por outro lado, podemos observar que tais acontecimentos advieram, também, da história antiga dos EUA.

Em 1986, o porta-voz do *Bureau of Alcohol, Firearms and Tobacco* (BATF)⁶⁰ apresentou “um pensamento abrangente estimado” de que existiam de 50 a 60 milhões de armas portáteis nos Estados Unidos. Em 1993, o BATF achou que havia um total de 211 milhões de armas de fogo no país. Na metade de 1995, tal Associação estimou que os próprios cidadãos adquiriram mais de 220 milhões de arma de fogo. Segundo o BATF, desde a criação do *National Instant Criminal Background Check*, ou NICS, órgão nacional que verifica de maneira imediata os antecedentes criminais de um indivíduo, que é administrado pelo FBI para realizar triagem das vendas de armas de fogo, 10 mil pessoas proibidas de possuir armas conseguiram adquiri-las apesar das referidas triagens do FBI.

⁵⁹ Depois da tragédia de 11 de setembro, o consumo de armas de fogo nos Estados Unidos subiu 70%. Com isso, a população acredita que está mais segura. Entretanto, observa-se que assim mata-se cada vez mais.

⁶⁰ Agência governamental que garante o uso seguro e legal do álcool, tabaco e armas de fogo. O BATF também contabiliza o número de armas fabricadas e importadas.

No documentário chamado *Tiros em Columbine*⁶¹ relata-se a situação grave dos diversos homicídios causados pelas armas de fogo nos Estados Unidos. Ele faz uma comparação com outros países também: enquanto nos Estados Unidos ocorrem mais de 11 mil homicídios por ano, nas nações do Primeiro Mundo, como Inglaterra, Canadá, Japão ou França, os mesmos não passam de cem. Infere-se a partir daí que, os Estados Unidos com tanto poder na economia mundial, poderia aproveitar essa posição para investir profundamente em campanhas referente a proibição do comércio ilícito de armas e dificultar a aquisição dessas armas por parte da população. Teríamos duas formas de solucionar tal questão: a existência de um acordo entre os Estados Unidos e a ONU referente ao controle das armas de fogo e por outro lado, o trabalho do governo norte-americano que poderia fortalecer as leis referentes ao porte de armas do país.

Foi constatado que em 2002 ainda se vendiam armas de fogo e que era possível comprar uma espingarda abrindo uma simples conta bancária. Observa-se que, cada vez mais, há uma facilidade nos Estados Unidos de venda e compra de armas de fogo. Entretanto, existem medidas do próprio governo e da ONU para combater, não só esta facilidade, mas também o tráfico ilícito das armas nos Estados Unidos e em relação à ONU, com abrangência mundial.

As autoridades dos Estados Unidos confiscaram 7,5 milhões de objetos proibidos nos aeroportos do país desde fevereiro de 2002. De acordo com a Administração de Segurança no Transporte do Aeroporto Internacional de Miami, foi informado que além de Miami, o aeroporto internacional de Los Angeles e o John F. Kennedy de Nova York são os outros dois terminais aéreos com grande volume de confisco. A apreensão (nível nacional) incluiu 2,3 milhões de navalhas, 49.331 facas, 1.437 armas de fogo e a detenção de mais de mil pessoas, segundo cifras oficiais. Informou-se, também, que as pessoas que levam objetos ilegais são detidas e correm o risco de serem processadas. O porta-voz do aeroporto em Miami mencionou que apesar das severas medidas de segurança postas em vigor nos aeroportos após os ataques terroristas, ainda assim, os passageiros chegam aos aviões com armas escondidas⁶².

⁶¹ Documentário dirigido pelo Diretor Michael Moore e produzido em 2002. Informações encontradas no site: http://www.diariodigital.pt/disco_digital/print.asp?id_news=7015 e baseadas no próprio documentário.

⁶² Informações retiradas do site: <http://noticias.terra.com.br/imprime/0,,OI135491-EI789,00.html>

Em abril de 1998, houve pesquisas de opinião entre os leitores de várias empresas de comunicação norte-americanas em relação à proibição da importação de 58 modelos de armas, imposta pelo ex-presidente Bill Clinton. A seguir, têm-se as perguntas feitas aos leitores: A proibição das armas funcionará a contento? O presidente Bill Clinton banuiu a importação de algumas armas “de assalto”.⁶³ Você acha que novas leis coibirão o uso ilícito dessas armas? A primeira pesquisa, realizada pela **USA TODAY**, ficou da seguinte forma:

SIM – 9,8%

NÃO – 88,2%

NÃO SABEM – 1,8%

A segunda perguntava foi realizada pela **CNN Interactive**: Você acha que armas “de assalto” devem ser proibidas?

SIM – 30%

NÃO – 70%

A terceira questionava: Você aprova a decisão de tornar permanente a proibição de importação de armas “de assalto” convertidas para “esportivas”?

SIM – 15%

NÃO – 85%

De acordo com o autor João Luís⁶⁴, o padrão de resposta explícito acima tem sido parecido em todos os países do mundo. Por outro lado, se o questionamento principal fosse reformulado, por exemplo, para: “Você acha que devemos proibir as armas para reduzir a criminalidade e a violência?”, as respostas positivas tenderiam a ser maiores que as negativas. No entanto, as pessoas leigas no assunto não reparam, imediatamente, a não existência da relação de causa e efeito entre proibir o uso de armas e reduzir o número de crimes.

⁶³ Armas de assalto são as armas de fogo com características e aplicações militares, como os fuzis automáticos e as metralhadoras de mão.

⁶⁴ TEIXEIRA, 2001, pp. 68-69.

Segundo João Luís⁶⁵, as armas de fogo vêm despertando o interesse das pessoas em todo o mundo. Ele aponta que não há nenhum país que não tenha permitido o uso de armas de fogo em algum momento de sua existência, que não tenha se envolvido em conflitos armados com outros países ou que não esteja preocupado com a questão das armas de fogo.

⁶⁵ Ibidem. p. 18.

CAPÍTULO 3 – A INFLUÊNCIA DA ONU NOS ESTADOS UNIDOS E A ADEQUAÇÃO ENTRE AS DUAS POLÍTICAS

Com a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, houve o colapso, em 1991, entre a atual Rússia e o bloco socialista. A partir deste acontecimento⁶⁶, o poder norte-americano cresceu bastante. Analisando os últimos governos dos Estados Unidos, a ONU tem mantido uma certa independência dos Estados Unidos, como no governo de Bill Clinton. Em seus dois mandatos, Clinton operou, no plano externo, as seguintes ações: consolidação da posição hegemônica e a liderança dos Estados Unidos no mundo⁶⁷, através de negociações bilaterais e multilaterais. Na presidência de George Walker Bush, essa posição hegemônica foi alterada, ou seja, o poderio dos Estados Unidos tornou-se mais forte e constante sobre diversos aspectos internacionais.

O fim da Guerra Fria tem apresentado ao governo norte-americano e aos seus cidadãos uma única oportunidade em lidar com uma reforma do sistema das Nações Unidas. Conforme mencionado no capítulo 2 do referido trabalho, a segurança e a paz globais e os interesses vitais desses cidadãos estão ligados à construção de uma democrática ordem mundial e de uma economia política liberal global. A cooperação multilateral e a “partilha do fardo” representam o caminho mais efetivo para lidar com muitos dos desafios que tratam da segurança nacional, estabilidade internacional e bem-estar da humanidade ao redor do mundo.

Entretanto, a história da relação dos Estados Unidos com as Nações Unidas tem deixado uma herança que precisa ser considerada cuidadosamente quando se promove a liderança estadunidense na ONU. Na diplomacia multilateral, o apoio é reunido através da tolerância dos interesses de outros estados e, também, através da promoção de interesses restritos especiais.

Como é mencionado por COATE (1994)⁶⁸, as políticas que dominaram a diplomacia multilateral dos Estados Unidos durante os anos 1980 foram ideologicamente carregadas ou dirigidas por interesses especiais. Estas políticas deixaram uma herança que não pode ser ignorada pelos políticos norte-americanos porque isto impactaria profundamente os esforços

⁶⁶ _____. *UNB revista*. Universidade de Brasília, Ano III, Nº 8, 2003. Por Francisco Fernando M. Doratioto (Doutor em História das Relações Internacionais pela UNB e professor da Universidade Católica de Brasília).

⁶⁷ Assunto tratado no capítulo 2 do presente trabalho.

⁶⁸ COATE, 1994, p.14.

para o futuro da América em assumir uma posição forte de liderança na ONU. No entanto, o mais importante seria os oficiais dos Estados Unidos convencerem outros Estados membros influenciados pela ONU, que eles não são comprometidos com o multilateralismo.

COATE (1994)⁶⁹ afirma que quando o discurso é tratado de uma forma geral, observa-se claramente que há ausência de entendimento e consenso coerentes referentes aos objetivos políticos dos Estados Unidos dentro da ONU. No entanto, não existe concordância sobre o quê os Estados Unidos necessitam, querem ou esperam obter das Nações Unidas. Nos dias de hoje, as políticas multilaterais norte-americanas tem prosseguido sem coerência ou direção e, há agora, uma crise real nesta área da política dos Estados Unidos. Por exemplo, mandatos dispersos e diversos interesses burocráticos têm resultado na fragmentação das políticas dos Estados Unidos em relação ao sistema das Nações Unidas. Na verdade, a política externa atual dos Estados Unidos é considerada **unilateral**, especialmente depois da tragédia de 11 de setembro.

Em relação à adequação dos Estados Unidos à política da ONU, estes precisam se decidir na escolha pela ação multilateral ou unilateral. No entanto, o ideal seria a opção pela ação multilateral como a ONU adota em seus trabalhos. É mais provável, no atual governo, que os Estados Unidos sempre optem pela ação unilateral como visto anteriormente.

Segundo LEONARD⁷⁰, o alcance e a visibilidade das questões que estão sendo lidadas pelas Nações Unidas têm se expandido tanto nesses anos que há uma tentação entre os entusiastas da ONU em equilibrar a política norte-americana em si com a política norte-americana relacionada com as Nações Unidas.

A situação na área de segurança é bem diferente comparando com o Conselho Econômico e Social. A Carta da ONU proporciona ao Conselho de Segurança⁷¹ todo o poder necessário, bem como os cinco vetos. No entanto, o referido Conselho precisa de um melhor aparato para uma decisão sensata, informada e efetiva e, o comprometimento da maioria dos

⁶⁹ Ibidem. pp. 14-15.

⁷⁰ COATE. op. cit. p. 219.

⁷¹ O Conselho de Segurança é composto por 15 membros, sendo 5 permanentes (França, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos e China) e 10 eleitos pela Assembleia Geral para os dois anos de gestão (Alemanha, Guiné, México, Paquistão, Espanha, República da Síria, Angola, Bulgária, Camarão e Chile). Os 5 membros permanentes também compõem o Conselho de Tutela.

poderosos para garantir que a ONU tenha a verba e a força necessárias para reforçar suas decisões.

Em relação à Segurança Internacional, os Estados Unidos como membro da ONU, carregam uma responsabilidade especial nos problemas relacionados com a guerra e a paz. Os Estados Unidos foi e continua sendo o membro mais poderoso da ONU desde seu surgimento em 1945. Ademais, o poder deste país não se baseia somente na potência militar, mas também nos campos econômico, científico e tecnológico. No entanto, os Estados Unidos possuem uma capacidade política única para organizar ações internacionais relacionadas com os objetivos específicos.

Conforme LEONARD⁷², os Estados Unidos não podem fugir do peso de enfrentar o esforço que existe no caminho para construir uma nova e melhor “ordem mundial” no campo da segurança. Há muitas guerras e rumores de guerras para Washington permitir dizer a outros governos ou a organizações internacionais, “Vocês cuidem de cada um de vocês” ou “Cada um está perdido”. Segundo James Leonard, os líderes dos Estados Unidos e as Nações Unidas têm que enfrentarem os desafios que a história tem apresentado a eles. Haverá mais fracassos, porém eles poderão ser evitados.

Entretanto, observa-se que os fatos nos quais ocorrem hoje na política norte-americana são contraditórios a algumas idéias de anos anteriores. Um exemplo que explica bem a inadequação estadunidense em relação à política onusiana foi a invasão do Iraque, onde participaram também sócios menores como a Grã-Bretanha e forças representativas de outras nacionalidades. Este fato e a unilateralidade dos Estados Unidos apresentam, mais uma vez, a violação por parte deste país referente ao Direito Internacional, ignorando a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual os Estados Unidos são signatários. De acordo com DORATIOTO⁷³, a denominada Doutrina Bush defende a ação preventiva unilateral contra Estado ou alguma organização que o governo de *Washington* interprete como ameaça à segurança do país, principalmente depois do atentado de 11 de setembro ao *World Trade Center* e ao Pentágono. No entanto, a ONU não aprova essa ação e os Estados

⁷² COATE, 1994, p.237.

⁷³ _____. *UNB revista*. Universidade de Brasília, Ano III, Nº 8, 2003. Por Francisco Fernando M. Doratioto (Doutor em História das Relações Internacionais pela UNB e professor da Universidade Católica de Brasília).

Unidos se contrariam no que tange aos compromissos internacionais anteriormente assumidos por eles, nos quais se consideram como justiça e polícia dos eventos mundiais.

Ainda fazendo referência à Guerra do Iraque, houve outros derrotados além do Sadam Hussein segundo o doutor DORATIOTO. Dentre eles destacam-se a objetividade e a confiabilidade do jornalismo norte-americano, os princípios do Direito Internacional, os avanços étnicos e a própria ONU. Em relação à esta última, é preocupante tal fato, pois seu futuro é incerto e teme-se que ela termine como sua fracassada antecessora Liga das Nações. Apesar de todo esse contexto, o mais provável é que a ONU continue a existir, pois nenhum país quer seu fim.

Na visão do Governo Bush, de acordo com DORATIOTO, a ONU havia se tornado uma barreira ao exercício dos Estados Unidos referente ao seu poder no plano internacional. Contudo, o poderio norte-americano poderá se enfraquecer e criará condições ao papel da ONU no que diz respeito à questão humanitária e a atuação específica de seus organismos técnicos, enfatizando a recuperação da garantia da paz no mundo, que é seu objetivo principal, depois de uma reforma. Por fim, não depende somente da ação onusiana recuperar sua credibilidade, é fundamental a existência de ética e lisura entre as partes nas relações internacionais.

Observando os acontecimentos dos dias atuais e a explanação contextual deste trabalho, infere-se que a influência da ONU nos Estados Unidos em relação ao controle de armas pequenas é mínima. Primeiro, porque os Estados Unidos são um dos principais membros nos órgãos da ONU e, segundo, porque eles detêm um poder imenso na política mundial, atravessando a própria ONU em determinados casos.

Além de possuírem suas próprias leis sobre o controle de armas pequenas e atuarem de forma unilateral na maioria das vezes, os Estados Unidos não estão preocupados e nem possuem uma política coerente referente ao controle de armas.

Podemos dizer também que a influência da ONU nos Estados Unidos é quase inexistente, seja nas questões políticas, econômicas, sociais ou outra qualquer, seja na questão do controle de armas.

Vimos que a sobrevivência da ONU é importante para todos, pois até a Doutrina Bush não possui capacidade total para governar os Estados Unidos. Embora o futuro da ONU esteja condicionado à realidade norte-americana, ela encontra-se em fase de reestruturação para continuar apoiando todas as nações seguindo seu objetivo principal de garantir a paz, a segurança e o bem estar mundiais.

CONCLUSÃO

A questão das armas estudada no presente trabalho vem sendo bastante discutida no cenário mundial desde sua origem até os acontecimentos atuais.

Observa-se que nos Estados Unidos, apesar das leis em vigência, a obtenção de armas pelos cidadãos norte-americanos torna-se cada vez mais comum, principalmente após a tragédia de 11 de setembro. É nítido que o aumento do índice de mortes, homicídios, suicídios e assaltos não está ligado somente à violência que ocorrem nas cidades, mas na falta de um controle mais severo das armas pequenas por parte dos Estados e do próprio país.

No que diz respeito à ONU, esta Organização possui desde sua criação depois da Segunda Guerra Mundial e com o fracasso da Liga das Nações, uma série de caminhos para controlar as Armas Pequenas e Armamentos Leves, bem como o combate ao tráfico ilícito de ambos no âmbito global. Por exemplo, dentre os órgãos da ONU, há vários organismos que tratam da questão do controle dos armamentos em geral, como estudados neste trabalho.

Entretanto, a ONU poderia contribuir para a redução da proliferação de armas pequenas nos Estados Unidos, se estes últimos não agissem sempre unilateralmente e se utilizassem a potência mundial que são para a resolução dos problemas enfrentados pelo país.

Conclui-se que a facilidade de adquirir armas pequenas nos Estados Unidos é cada vez mais crescente e a ONU pouco pode fazer para garantir a paz e a segurança neste país como em outras regiões, bem como controlar a obtenção desses armamentos e combater o tráfico ilícito dos mesmos nas várias partes dos Estados Unidos.

Espera-se que o referido trabalho possa esclarecer a questão da proliferação das armas pequenas nos Estados Unidos e o que a ONU tem feito para controlar o uso dessas armas no mundo apresentando o nível de influência da ONU na política estadunidense e adequação desta com a política onusiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. *Das organizações internacionais*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CHOMSKY, Noam. *Segredos, Mentiras e Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- COATE, Roger A. *U.S. Policy and the Future of the United Nations*. New York: The Twentieth Century Fund Press, 1994.
- DOLAN, Edward F.; SCARIANO, Margaret M. *Guns in the United States*. EUA: Franklin Watts, 1994.
- GALT, Tom. *Nações Unidas*. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1966.
- GROSS, Ernest A. *As Nações Unidas: Estrutura da Paz*. Tradução de Waldemir Nogueira Araújo. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- JACOBS, Nancy R.; SIEGEL, Mark A.; REIN, Mei Ling. *Gun control an american issue*. Texas: Information Plus, 1997.
- PUPIN, Aloísio A. C. Barros; PAGLIUCA, José Carlos Gobbi. *Armas: aspectos jurídicos e técnicos*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- SANTOS JR., Walter. *Democracia: o governo de muitos*. São Paulo: Scipione, 1996.
- STEVENSON, Adlai E. *Os Estados Unidos na ONU: tempos de crise e de esperança*. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- TEIXEIRA, João Luís Vieira. *Armas de Fogo: são elas as culpadas*. São Paulo: LTr, 2001.
- _____. *UNB revista*. Universidade de Brasília, Ano III, Nº 8, 2003.
- _____. *Serie de estudos 28: Armas pequenas*. Departamento de Assuntos de Desarmamento das Nações Unidas: Nova York, 2000.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: <http://www.un.org> 28/07/2003
- DEPARTMENTS OF THE UN SECRETARIAT: <http://www.un.org/Depts/index.html> 30/07/2003
- DEPARTMENT FOR DISARMAMENT AFFAIRS:
<http://disarmament.un.org:8080/dda.htm> 15/08/2003

CONVENTIONAL ARMS BRANCH: <http://disarmament.un.org:8080/cab/>
15/08/2003

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO EM
ARMAS PEQUENAS E ARMAMENTOS LEVES EM TODOS OS SEUS
ASPECTOS: <http://disarmament2.un.org/cab/smallarms/index.html> 18/10/2003

UNITED NATIONS INSTITUTE FOR DISARMAMENT RESEARCH (UNIDIR), *O
que é o UNIDIR*: <http://www.unidir.org/html/en/about.html> 11/09/2003

DESARME.ORG, www.desarme.org 11/09/2003

ESTATÍSTICAS SOBRE APREENSÃO DE ARMAS SEGUNDO A
ADMINISTRAÇÃO DE SEGURANÇA NO TRANSPORTE DO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE MIAMI: [http://noticias.terra.com.br/imprime/0,,OI135491-
EI789,00.html](http://noticias.terra.com.br/imprime/0,,OI135491-EI789,00.html) 02/08/2003

TIROS EM COLUMBINE, *Documentário dirigido pelo Diretor Michael Moore*:
http://www.diariodigital.pt/disco_digital/print.asp?id_news=7015 11/09/2003

ANEXOS

Anexo I – A/52/298

Anexo II – A/54/258

Anexo III – A/54/155

**Anexo IV – Lista dos Componentes do Grupo de Especialistas
Governamentais**

Anexo V – Sumário Executivo (*Kofi Annan*)

Anexo VI – A/CONF.192/15

Anexo VII – Tipos de Armas de Fogo

Anexo VIII – *Chart* do Sistema Geral da ONU

**Anexo IX – *Press Release* referente ao mandato do atual
Secretário-Geral do *Department for Disarmament
Affairs***

Anexo X – Estrutura do *Department for Disarmament Affairs*

Anexo XI – A/RES/46/36 L